

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 19/05/2017

- [Comarca de Santa Cruz do Capibaribe com inscrições abertas para curso voltado a pretendentes à adoção](#)
- [Mais de 3 mil adolescentes morrem por dia no mundo, diz OMS](#)
- [Justiça capixaba lança campanha de adoção tardia de 140 crianças](#)
- [Educação sobre sexualidade e gênero previne violência sexual, diz especialista](#)
- [Projetos apontam o ideal e o real diante da decisão de adotar](#)
- [CNJ ajuda tribunais na adoção do depoimento especial de crianças](#)
- [Audiência na Câmara dos Deputados debate desafios para combate à violência sexual contra crianças e adolescentes](#)

Assunto: Comarca de Santa Cruz do Capibaribe com inscrições abertas para curso voltado a pretendentes à adoção

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 19/05/2017



A Vara Regional da Infância e Juventude da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe promove o Curso para Pretendentes à Adoção nos dias 13 e 14 de junho, das 9h às 16h. A atividade acontece na sede do Fórum Doutor Naércio Cireno Gonçalves, localizado na avenida Miguel Arraes de Alencar, 70, em frente ao Moda Center Santa Cruz, no bairro Cruz Alta. As inscrições podem ser feitas no local até o dia 12 de junho, de segunda a quinta-feira, das 9h às 15h. A unidade, localizada na 19ª Circunscrição, também abrange as cidades de Taquaritinga do Norte e Toritama.

O objetivo do curso é suprir o requisito legal dos processos de habilitação para adoção, contribuir para o alcance de condições favoráveis ao postulante à adoção e proporcionar um convívio familiar construtivo, visando ao alcance dos princípios e direitos de proteção às crianças e adolescentes. Para efetuar a inscrição, o interessado postulante em processo de habilitação para adoção precisa preencher a ficha de inscrição específica disponibilizada no setor Psicossocial da Vara Regional da Infância e Juventude da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.

A atividade compreende uma série de palestras e orientações a respeito do procedimento da adoção, exigências legais e compreensão das relações familiares e socioafetivas do adotante/adotado. A formação será ministrada pelo juiz da Vara Regional da Infância e Juventude na Comarca de Santa Cruz, Diego Vieira de Lima, e por servidores da equipe

interprofissional da Vara, composta pela pedagoga Jaqueline Alves, pela assistente social Débora Cristine Alves e pelo chefe de secretaria Eduardo Cavalcanti.

Curso – A partir da vigência da Lei Nacional de Adoção 12.010/2009, a preparação passou a ser obrigatória à habilitação dos pretendentes com a intenção de adotar uma criança ou um adolescente via Cadastro Nacional de Adoção (CNA). A formação atende às disposições previstas na Lei 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentada na Instrução Normativa Conjunta 001/2013 do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Assunto: Mais de 3 mil adolescentes morrem por dia no mundo, diz OMS

Fonte: Portal Andi

Data: 19/05/2017



Mais de três mil adolescentes morrem por dia no mundo, totalizando 1,2 milhão de mortes por ano, a maioria de causas evitáveis, segundo o novo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgado nesta terça-feira (16).

De acordo com o documento, em 2015, mais de 60% dos jovens - cerca de 855 mil entre 10 e 19 anos de idade - morreram em países de baixa e média renda em regiões africanas e do Sudeste Asiático. Os acidentes de trânsito, as infecções respiratórias e o suicídio são as principais causas de morte entre os adolescentes.

A maioria das mortes podem ser prevenidas com bons serviços de saúde, educação e assistência social, informa o relatório da OMS chamado "Acelerador da Ação Global a favor da Saúde dos Adolescentes: Guia para apoiar a implementação em cada país".

No entanto, o relatório concluiu que, em muitos casos, os adolescentes com transtornos mentais, viciados em drogas ou problemas de alimentação não têm acesso à prevenção e tratamento, ou porque não existe ou por falta de conhecimento.

"Os adolescentes estão totalmente ausentes dos planos nacionais de saúde há décadas. Investimentos relativamente pequenos voltados para os jovens resultarão em adultos saudáveis e capacitados que contribuem positivamente para suas comunidades", critica Flavia Bustreo, subdiretora geral da OMS. Segundo os dados divulgados, as lesões na estrada são a principal causa de morte provocando 115 mil óbitos por ano entre jovens de 10 a 19 anos, afetando mais os meninos. Outras causas são infecções respiratórias (72 mil mortes), suicídios (67 mil), doenças diarreicas (63 mil) e afogamentos (57 mil).

Na maioria de ocasiões, os menores vítimas de infecções respiratórias - 36.637 mulheres e 36.018 homens adolescentes - morrem pela inalação de ar contaminado em suas próprias casas, onde muitas vezes a família cozinha com combustíveis sujos.

O suicídio é a segunda causa de mortes entre as garotas e a quinta entre os meninos. Além disso, eles têm mais probabilidades de perder a vida em brigas e afogamento, enquanto que as meninas falecem mais por causa de doenças diarreicas.

Em relação às mulheres com idade entre 15 e 19 anos, a primeira causa de morte são as complicações no parto ou aborto. Em alguns países africanos, as doenças contagiosas, especialmente o HIV, as infecções respiratórias, meningites e diarreia matam mais adolescentes do que os acidentes de trânsito.

Assunto: Justiça capixaba lança campanha de adoção tardia de 140 crianças

Fonte: Portal Andi

Data: 19/05/2017



O Poder Judiciário do Espírito Santo lançou a campanha "Esperando por Você", com objetivo de estimular a adoção tardia. Para isso, a campanha dá voz às crianças e aos adolescentes. Eles aparecem em fotos e vídeos expressando suas personalidades, brincando e contando sobre o que gostam de estudar e o que desejam para o futuro.

O conteúdo está disponível no site de busca ativa "Esperando por Você". Antes mesmo da campanha ser lançada, alguns vídeos já tiveram mais de duas mil visualizações por todo o país.

De acordo com a coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), Maria Inês Valinho de Moraes, os números anteriores ao lançamento, surpreendem.

“Mais de 100 pessoas de várias partes do país, já telefonaram pedindo informações sobre as crianças e manifestando interesse na adoção”, destacou a coordenadora.

As fotos também farão parte de uma exposição itinerante, que pode ser conferida até o dia 18 de maio no Shopping Moxuara, em Cariacica; de 19 a 25 de maio no Shopping Praia da Costa, em Vila Velha; e de 26 a 31 de maio, no Shopping Mestre Álvaro, na Serra. Os vídeos da campanha também serão exibidos antes das sessões do Cine Jardins, em Vitória, que também apoiou a iniciativa.

A campanha foi inspirada nos casos de sucesso obtidos nos Estados Unidos, Rússia, Bielorrússia e em outros Estados brasileiros. A cidade de Recife, por exemplo, implementou a campanha “Adote um Pequeno Torcedor”, apoiado pelo time de futebol Sport Club. As crianças com mais de 7 anos que torcem para o clube ganharam visibilidade em vídeos transmitidos no estádio e na internet. Nos 6 primeiros meses, cinco foram adotadas.

O Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Ronaldo Gonçalves, explica que todas as crianças concordaram em participar do projeto e foram devidamente autorizados pelos magistrados responsáveis, coordenadores dos abrigos e guardiões legais.

“Hoje há um entendimento que essas crianças podem e devem aparecer, se for para o bem delas. Elas não podem viver escondidas a vida toda. E ao apresentá-las na Campanha Esperando por Você, queremos sensibilizar, tocar o coração de quem vai assistir. Com o grande objetivo de que no final elas possam seguir para uma família”.

Welbert, veio de norte do estado para participar da campanha e aos 16 anos, ainda de sair sombra do abrigo. Ele monta e desmonta objetos com a maior facilidade. Já consertou rádio,

tv, geladeira e quer ser engenheiro eletricista. E deu um show de sabedoria: “Não quero apenas ganhar uma família, estou esperando alguém para construir junto”.

Saiba mais

No Espírito Santo existem 855 casais habilitados em busca de um filho e 140 meninos e meninas acolhidos que já estão prontos para adoção. Mas se o número de pretendentes é seis vezes maior que o de crianças e adolescentes disponíveis, por que a fila não ‘zera’? É que desse total, 86% têm mais de 08 anos de idade, 49% fazem parte de grupos de irmãos e 23,5% possuem alguma condição especial de saúde. Ou sejam pertencem a um espectro ainda preterido pelos aspirantes a pais e mães.

Assunto: Educação sobre sexualidade e gênero previne violência sexual, diz especialista

Fonte: Portal Andi

Data: 19/05/2017



Ensinar e debater nas escolas sobre sexualidade e gênero, para além dos aspectos biológicos, pode contribuir de forma eficaz para a redução da violência sexual contra crianças e adolescentes. A afirmação é da doutora em educação Maria América Ungaretti, representante no Brasil da Rede Ecpat (sigla em inglês para Fim da Prostituição Infantil, Pornografia Infantil e Tráfico de Crianças para Propósitos Sexuais), uma coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ela defende a educação sobre sexo e gênero nas escolas e considera um retrocesso o aumento da polêmica e das críticas a essa formação.

“Na hora que eu crio uma criança, desde pequenininha, sabendo o que é sexo, o que é sexualidade, qual é o direito que ela tem, você vai preparar essa criança para que, em qualquer abordagem que ela sofra, indicando para um uso indevido do seu corpo, ela reage, não aceita. Muitas vezes a criança confunde, acha que aquilo é afeto, carinho. Se ela tem controle do seu corpo e sabe o que podem fazer com o corpo dela ou não fazer, evidentemente que você vai contribuir para uma redução [da violência sexual]”, afirma.

Para Maria América, a “vivência ampliada da sexualidade”, exemplificada nas pessoas homossexuais, travestis ou transexuais, é um avanço da sociedade moderna na “construção do uso do seu corpo para o prazer”. Mas, segundo ela, o tema ainda é reprimido nas escolas.

“As escolas estigmatizam e reprimem todos os adolescentes que querem viver a sexualidade diferentemente. No meu ponto de vista é um retrocesso o que estão impedindo. E é uma questão religiosa”, diz, em referência à influência das igrejas na formação da sexualidade.

Outras medidas

Maria América participou nesta quarta-feira (17) do Seminário de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, comemorado hoje, quinta-feira (18). Ela defendeu ainda que o Estado integre as áreas de saúde, educação e assistência social para fortalecer a garantia de direitos sexuais e de gênero.

No seminário também foram apresentados casos de boas práticas de enfrentamento à violência sexual. Um deles é o Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança (Caac), da Delegacia de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima (Dcav), que atende as vítimas dentro do Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, e grava as entrevistas para serem usadas

posteriormente em juízo. A medida evita a revitimização da criança, ao evitar que tenha que repetir a história de agressão para a Justiça, como preconiza a lei 13.431, publicada no mês passado, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

O 18 de maio foi instituído como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes pela lei 9.970/2000, em homenagem à menina Araceli, de 8 anos, que foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada no Espírito Santo no dia 18 de maio de 1973.

Assunto: Projetos apontam o ideal e o real diante da decisão de adotar
Fonte: CNJ
Data: 19/05/2017



O que o Judiciário faz para propiciar as adoções de crianças que estão nos abrigos? Foi pensando nessa pergunta que o juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, titular da 4ª Vara de Infância, da Juventude e do Idoso da cidade do Rio de Janeiro, deu início ao projeto “O ideal é real: adoções necessárias”, em janeiro deste ano, com objetivo de promover encontros entre as crianças e os pretendentes à adoção.

Iniciativas para incentivar a adoção de crianças que não têm perspectiva de serem adotadas estão sendo postas em prática por tribunais de Justiça em todo o país. Em matéria desta segunda-feira, mostramos os projetos de incentivo à adoção tardia que estão em andamento nos tribunais de Justiça (TJs) de Pernambuco, Espírito Santo e Mato Grosso.

A 4ª Vara de Infância, da Juventude e do Idoso da cidade do Rio de Janeiro é responsável por 13 instituições de acolhimento na capital fluminense. No Estado do Rio de Janeiro, há 555 crianças cadastradas no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). No projeto “O ideal é real: adoções necessárias”, técnicos da vara traçam estratégias para permitir o encontro de crianças e adolescentes sem pretendentes à adoção com as famílias cadastradas, para que se tente uma flexibilização do perfil desejado.

Várias adoções já foram resultado desses encontros, que podem acontecer, por exemplo, por meio de uma oficina de literatura ou culinária no abrigo. Numa dessas ocasiões, um casal que desejava apenas bebês acabou adotando uma criança de 12 anos e, em outra, um casal que queria um bebê saudável adotou uma menina com microcefalia.

Esta semana, o juiz Sérgio acompanhou a história de um casal que pretendia adotar uma criança pequena e havia colocado esse perfil no cadastro, mas, convidado a uma atividade no abrigo, acabou se encantando com um garoto de oito anos que é autista. O casal deu entrada no processo para se tornarem seus pais e já estão providenciando todo o tratamento que o menino necessita.

“Ninguém é obrigado a mudar o perfil escolhido depois dos encontros, mas se nós não promovermos esses encontros, como vão adotar uma criança que nunca viram na vida e não sabem da existência?” diz o juiz Sérgio.

Conheça abaixo a história da adoção de Alice, portadora de microcefalia, em vídeo da campanha do TJRJ. “Quando a cuidadora veio com ela nos braços e deu no nosso colo, a gente não teve dúvida de que era ela”, conta Thiago Nunes, que, com a esposa Luciana Ouverney, pretendia adotar criança com até cinco anos, de qualquer raça ou sexo, inclusive

grupo de irmãos. Não estavam incluídos adolescentes ou crianças com necessidades especiais, como Alice.

Cantando no shopping

Já em Rondônia, um grupo de crianças e adolescentes de três unidades acolhedoras de Porto Velho participaram de um musical na praça de alimentação do shopping da cidade, organizado pelo coral da Faculdade São Lucas. A apresentação fez parte da campanha “Por que não eu? ”, uma parceria do Poder Judiciário com o Ministério Público e a Prefeitura de Porto Velho com objetivo de mobilizar pessoas para a adoção e o apadrinhamento de crianças maiores e adolescentes.

O coral das crianças e adolescentes, reforçado por servidores das instituições, além de próprios componentes do coral São Lucas, apresentou as canções “Trem Bala” e “Ser Criança” e, em seguida, deram entrevistas a emissoras de televisão locais.

Em um “stand” no shopping, foi possível realizar o cadastro no projeto “Apadrinhamento Legal”. A iniciativa incentiva o apadrinhamento de crianças e adolescentes abrigados cujos vínculos com as famílias de origem encontram-se total ou parcialmente rompidos e que estejam numa faixa etária avançada, com doenças crônicas, deficiências físicas e mentais ou soropositivas, entre outras características que reduzem as possibilidades de inserção em família substituta.

O projeto foi idealizado pelas equipes do 2º Juizado de Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), do Serviço de Acolhimento Institucional (SAIN), da Secretaria de Assistência Social do Município de Porto Velho, do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público e da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA).

Conta que “não fecha”

No ano passado, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) lançou a campanha "Adoção: laços de amor", com objetivo de sensibilizar as famílias que têm intenção em adotar para que ampliem suas expectativas em relação às crianças.

A campanha é realizada por meio de uma parceria entre o Poder Judiciário e a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Federação dos Municípios, a Federação das Indústrias, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria Pública e o Governo de Santa Catarina, que estão engajados para garantir maior agilidade nos processos de adoção. A sensibilização social acontece através da divulgação de histórias reais, que podem ser acessadas no site da campanha, visando flexibilizar os planos de futuros pais e mães, ampliando seu olhar para crianças mais velhas e adolescentes.



Assim como no restante do país, apesar de o número de pretendentes à adoção ser maior que o número de crianças disponíveis, a conta não fecha – atualmente existem 1600 crianças em acolhimento em Santa Catarina e mais de 2 mil famílias em busca de um filho. No entanto, essas crianças não "se encaixam" no perfil idealizado. Em sua maioria, têm mais de três anos, são portadoras de deficiências e possuem irmãos ou diferenças de raça em relação aos potenciais pais.

Assunto: CNJ ajuda tribunais na adoção do depoimento especial de crianças

Fonte: CNJ

Data: 19/05/2017



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai auxiliar os tribunais de todo país na implementação do depoimento especial, uma técnica humanizada para oitiva de menores vítimas de violência e abuso sexual, que passou a ser obrigatório com a Lei n. 13.431, sancionada no último dia 4 de abril.

Entre as contribuições do CNJ, estão a expansão dos cursos de capacitação para tomada do depoimento especial, o estabelecimento de protocolos para orientar os tribunais em relação aos padrões mínimos para implantação das salas de depoimento e à articulação com as redes de saúde, a segurança e assistência social para proteção das vítimas.



Audiência pública sobre os desafios para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Juiz Auxiliar da Pres. do Conselho Nacional de Justiça, Dr. Alexandre Takaschima

As medidas para auxiliar a implementação do depoimento especial foram anunciadas pelo juiz auxiliar da presidência do CNJ Alexandre Takaschima, em audiência pública realizada nesta quinta (18), na Câmara dos Deputados, sobre os desafios para promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

“A audiência pública marca a relação do CNJ com outras instituições para que a ideia de proteger a criança vítima de violência não fique apenas no texto da lei, e possa ser aplicada na prática”, disse o magistrado.

O depoimento especial passou a ser obrigatório com a Lei n. 13.431, sancionada no último dia 4 de abril, que prevê o prazo de um ano para a adoção da escuta especializada.

No entanto, a técnica já vem sendo adotada amplamente pelos juízes com base na Recomendação n. 33, de 2010, do CNJ. A área da infância e juventude é uma das prioridades prevista na Resolução n. 231/2016, que instituiu o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ).

Segundo dados preliminares levantados pela assessoria de comunicação do CNJ em julho do ano passado, ao menos 23 Tribunais de Justiça (85%) contavam com espaços adaptados para entrevistas reservadas com as crianças – as chamadas salas de depoimento especial – cuja conversa é transmitida ao vivo para a sala de audiência.

Cursos de Formação

Desde 2012, por meio de uma parceria do CNJ com a organização não governamental Childhood Brasil, especializada em infância e juventude, o Conselho passou a oferecer cursos à distância, para servidores e magistrados, focados no depoimento de crianças e adolescentes. O aprendizado on-line é oferecido pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Judiciário (CEAJud) do CNJ e, somente em 2016, cerca de 10 turmas foram formadas para que 372 pessoas pudessem realizar o curso - cada turma é acompanhada por um tutor selecionado, por meio de edital, entre juízes e servidores do Judiciário, com conhecimento no tema e experiência em educação a distância.

De acordo com o juiz Takaschima, a ideia do CNJ é ampliar os cursos, que é composto atualmente por dois módulos à distância e um presencial, para todos os Estados.

Servidores que lidam com o tema, em especial da área de psicologia e assistência social, formam a maior parte do público. O conteúdo do curso, de 40 horas, inclui as matérias de linguagem e sexualidade no desenvolvimento infantil, violência sexual contra crianças e adolescentes, marco normativo do depoimento especial, o Poder Judiciário e o depoimento especial, a preparação da equipe e da vítima para o depoimento especial, além dos diversos protocolos de entrevista.

Articulação com outras instituições

A lei n. 13.431 prevê que o depoimento especial, sempre que possível, será realizado uma única vez, para produção antecipada de prova judicial. De acordo com o juiz Takaschima, a intenção é evitar que a criança tenha que repetir o relato do abuso diversas vezes, o que causa um grande sofrimento psíquico. “Estimamos que a criança tenha que repetir seu depoimento hoje pelo menos cerca de oito vezes até chegar à Justiça, em instituições como delegacias, escolas, Conselho Tutelar e hospitais”, diz.

Para concentrar a produção antecipada de provas em um mesmo ato, o CNJ deverá servir como articulador entre o Judiciário e as redes de saúde, assistência social e segurança, criando um protocolo de atendimento às vítimas. “Será um respaldo para que os tribunais possam fazer essas articulações, respeitando as particularidades locais”, afirma Takaschima.

Outra providência a ser tomada pelo CNJ será o estabelecimento de protocolos em relação aos padrões mínimos para implantar o depoimento especial. “A lei é genérica em relação aos dados técnicos e temos conhecimento de espaços de depoimento que foram construídos de forma inadequada”, disse ele.

Assunto: Audiência na Câmara dos Deputados debate desafios para combate à violência sexual contra crianças e adolescentes

Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos

Data: 19/05/2017



Os desafios para a promoção e proteção de crianças e adolescentes em situação de violência sexual foram debatidos nesta quinta-feira (18) em audiência pública na Câmara dos Deputados, realizada para marcar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado em 18 de maio. A atividade reuniu diversos especialistas no tema, que apontaram a educação para a sexualidade e a preparação de meninos e meninas para o autocuidado com ações essenciais para reduzir casos de violência sexual.

Segundo a secretária-executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Karina Figueiredo, só a orientação permite a autoproteção. “É ensinar a criança a conhecer o corpo, a identificar o que é um toque de afeto e o que é um toque erotizado, por exemplo”, destacou.

Outro ponto abordado foi a implementação da Lei Nº 13.431/2017, sancionada em abril, que estabelece a escuta especializada e o depoimento especial para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Segundo a representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Solange Xavier, é preciso debater formas de implementação da nova legislação. “A lei é um avanço. Precisamos pensar melhor no fluxo e discutir um plano operativo de capacitação de todas as pessoas envolvidas nesse processo para que elas possam escutar de maneira respeitosa e digna crianças e adolescentes vítimas de violência”, disse.

Durante o evento, foi entregue a 7ª edição do Prêmio Neide Castanha. Trata-se de uma realização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes com o objetivo de homenagear personalidades e instituições que se destacaram na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, em especial dos direitos sexuais.

No total são seis categorias. Veja a lista de vencedores:

- Boas Práticas: Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio;
- Produção de Conhecimento: Província Marista Brasil Centro Norte/Instituto Marista de Assistência Social – IMAS;
- Cidadania: Luiz Castro de Andrade Neto;
- Comunicação Digital: Karyna Rangel - Canal Girl Power;
- Protagonismo de Crianças e Adolescentes: Projeto Assistencial Sementes de Esperança Projeto/PASES - Núcleo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CRER SER;
- Responsabilidade Social - Accor Hotels;

Homenagens especiais

Além dos agraciados nas categorias a Comissão Julgadora homenageou Angelica Moura Goulart. Angelica Foi Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, dirigiu por mais de 20 anos a Fundação Xuxa Meneghel, no Rio de Janeiro, atuou também na Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI) e no Grupo Gestor da Rede Não Bata, Eduque.

A Comissão Julgadora também homenageia na pessoa de Casimira Benge, o Programa de Proteção do UNICEF no Brasil.